

Solução pode ser adiar a convenção do PMDB

Para Ulysses, a idéia é ruim, mas a melhor nas atuais circunstâncias

BRASÍLIA — A convenção nacional do PMDB, marcada para dia 21, deve ser adiada para 11 de dezembro, depois da promulgação da nova Constituição e das eleições municipais de 15 de novembro. A proposta foi defendida ontem pelos coordenadores da chapa progressista, durante reunião com o presidente do partido e cabeça da chapa, Ulysses Guimarães. "Não posso tomar a iniciativa. Vocês devem provocar o adiamento", observou Ulysses. O deputado considerou "ruim" a idéia do adiamento, apresentada por Miro Teixeira (RJ), mas, ao mesmo tempo, "a melhor nas atuais circunstâncias". A decisão deverá ser tomada na semana que vem.

Os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Ibsen Pinheiro (RS) e Ronan Tito (MG), vão con-

sultar os moderados sobre a proposta. Se houver concordância, principalmente por parte do líder do governo, Carlos Sant'Anna (BA), a nova data da convenção poderá ser oficializada quarta ou quinta-feira. Sem querer se responsabilizar pela proposta, Ulysses apenas orientou os grupos para que consigam o apoio das bancadas, dos governadores e dos dirigentes regionais, que ele deixará a decisão a cargo da atual Comissão Executiva.

Sant'Anna e o ministro Prisco Viana, vetados pela chapa progressista, deverão apoiar o adiamento. Os progressistas, por sua vez, só reconhecerão oficialmente a proposta se os moderados se manifestarem favoravelmente.

"CHARME DE OPOSIÇÃO"

O ministro da Previdência, Jáder Barbalho — cujo nome encontrou resistência para entrar na chapa "Ulysses Guimarães" —, atribuiu a uma "crise existencial" a atitude de alguns integrantes do PMDB que, depois de chegarem ao poder, não querem "perder o charme da oposição". Barbalho

alegou que deve solidariedade política e administrativa ao presidente Sarney e que, até onde sabe, o PMDB não está dissociado do governo. Pessoas ou grupos, em sua opinião, não podem ditar as normas de comportamento de um partido, mas sim seu diretório nacional. Sobre as críticas à chapa formada por Ulysses, Barbalho disse que o critério adotado para sua formação foi o da regionalização, e que ela reflete as diferentes tendências do partido.

O governador de Minas, Newton Cardoso, disse que "o PMDB é um partido no governo, e não um partido do governo". Newton está na chapa encabeçada por Ulysses e pretende que outros peemedebistas mineiros deixem a lista dos moderados. "Não é da nossa conveniência", explicou.

Newton prometeu que peemedebistas mineiros não-alinhados a Ulysses mudarão suas opções ainda esta semana. "A nossa preocupação — afirmou — é chegarmos à chapa única. Estamos conversando para chegar a isso ainda nesta semana." Para Newton, "o PMDB deve tomar sua linha antiga, de um partido progressista".

O objetivo é superar a crise

BRASÍLIA — A proposta de adiamento da convenção nacional do PMDB tem o objetivo de contornar a crise no partido. O impasse começou quando o grupo progressista, entusiasmado com o discurso do presidente Ulysses Guimarães em resposta às críticas do presidente Sarney à Constituinte, resolveu formar uma chapa para concorrer ao diretório. Diante dos anúncios de veto, entre os progressistas, a vários parlamentares, inclusive a dirigentes e membros do

atual diretório, os moderados formaram sua própria chapa.

Os progressistas alinharam-se com os ulyssistas, contando com o apoio de governadores "independentes", não ligados ao Palácio do Planalto. Os líderes governistas exigiram a presença, na chapa, de todos os governadores do partido. A presença de governadores, ministros, ex-ministros e outros ligados ao governo daria a vitória aos moderados, que, na divisão proporcional pelo confronto, teriam

cerca de 30% do diretório. Com os votos dos aliados, os moderados ficariam com a maioria do diretório e da Executiva.

As esquerdas exigiram remontar a chapa, colocando todos os nomes, exceto o de Ulysses, em ordem alfabética, ou sairiam da chapa e do PMDB. Consultando a Lei Orgânica dos Partidos, Ulysses mostrou que não se poderia alterar a ordem. Surgiu, então, a proposta de adiamento.

Sem quórum, Ulysses pede novo 'esforço concentrado'

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães encerrou, na manhã de ontem, mais uma sessão da Constituinte sem votação por falta de quórum, fazendo um apelo: "Pelo amor de Deus, compareçam". Apenas 234 constituintes responderam à chamada eletrônica, 46 abaixo do quórum mínimo de 280. Ulysses anunciou um "esforço concentrado", com sessões de manhã e à noite e, se necessário, aos sábados e domingos. O objetivo é permitir que, "no máximo até setembro e não além disso, possamos nos reunir aqui, festivamente, para os aplausos da Nação, dizendo-lhe que cumprimos nosso dever, elaboramos a Constituição que marca a fase fundamental da restauração democrática neste País".

A Constituinte voltará a reunir-se somente a partir das 16 horas de segunda-feira, para possibilitar a chegada dos parlamentares que foram acompanhar as convenções partidárias em seus estados. Os entendimentos mantidos pelas lideranças permitem que as matérias cheguem a plenário previamente analisadas e possam ser votadas rapidamente, em bloco, como ocorreu quarta-feira.

Ontem, vários parlamentares condenaram as ausências dos colegas. "É imperdoável, intolerável essa falta", disse Irma Passoni (PT-SP). José Genofino (PT-SP) declarou ver nisso uma ação política, "uma obstrução deliberada", porque na véspera, à tarde, havia na Casa pelo menos 320 constituintes. Paulo Delgado (PT-MG) insistiu que a mesa divulgue a relação dos faltosos e faça cortes nas "diárias".

Outros alertaram os constituintes que são candidatos a prefeito — cerca de 120 — para o fato de que, deixando paralisado o trabalho na Constituinte, poderão ser punidos pelos eleitores. "O povo — afirmou Siqueira Campos (PDC-GO), que é candidato — não vai aceitar que deixemos o País sem Constituição, sem rumo".



Ricardo Chaves/AE

Ulysses faz um apelo: "Compareçam pelo amor de Deus"

Líderes chegam a um acordo sobre três itens

BRASÍLIA — As lideranças partidárias na Constituinte acertaram ontem a exclusão, na votação em segundo turno do texto da nova Constituição, da exigência de ordem judicial para as prisões administrativa e disciplinar. O acordo de lideranças atende às reivindicações do governo, que utiliza a prisão administrativa, decretada pelo ministro da Fazenda, para punir crimes contra a economia e dos militares, que não concordaram com a exigência de ordem judicial para a prisão disciplinar, por exemplo, de um marinheiro em alto-mar ou de um soldado em seu destacamento.

HORAS-EXTRAS

Em outro acordo de lideranças acertado ontem, ficou decidida a manutenção, no texto constitucional, do pagamento de 50% a mais para a hora-extra de trabalho e o aumento dos atuais 30 dias de aviso prévio para um período proporcional ao tempo de serviço. Essa proporcionalidade será determinada em lei complementar.

Dois questões, entretanto, continuam sem acordo: a jornada máxima de trabalho e a licença-paternidade. A sugestão dos empresários, de fixação de jornada semanal em vez das seis horas diárias aprovadas no primeiro turno, está sendo considerada "mais flexível", mas o impasse continua em relação ao número de horas. Os empresários sugeriram 40, mas as esquerdas insistem num máximo de 36 horas semanais. As negociações prosseguirão na segunda-feira.

Quando à licença-paternidade, as negociações estão sendo feitas em torno da proposta do deputado José Lins (PFL-CE), de reduzi-la de oito para três dias. A bancada do PT, após reunião, ontem, manifestou-se contra a redução, alegando que não apoiará "nenhum retrocesso" dos avanços sociais conquistados no primeiro turno.

O líder do PMDB, Nelson Jobim, anunciou a criação de cinco grupos de trabalho, que, após avaliação de cada título da nova Carta, indicarão às lideranças os pontos passíveis de acordo.

Cherkassky critica redução da jornada

A redução da jornada de trabalho, conforme estabelece o primeiro turno de votação da Constituinte, trará sérios prejuízos, não só para as empresas e para o governo, mas também para os trabalhadores. É o que revela um estudo feito pela Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose. "Os trabalhadores terão suas folgas e salários reduzidos, o governo arrecadará menos impostos e as empresas contratarão mais funcionários, mas assistirão a uma sensível queda da produtividade", diz Horácio Cherkassky presidente da entidade e coordenador do estudo.

No sistema atual, o trabalho ininterrupto é coberto por três turnos com quatro turmas, num esquema de seis dias de trabalho e dois de folga. Na média mensal, isso significa 22,81 dias de exercício de 7,61 de descanso. Pelo texto aprovado pela Constituinte, a jornada teria de ser coberta por quatro turnos com cinco turmas, resultando em folgas alternadas de dois dias em uma semana e o terceiro na semana seguinte, totalizando apenas 6,09 dias de descanso para 24,33 de trabalho. Portanto, uma redução de 25% nas folgas.

Além disso, os trabalhadores terão também seus vencimentos

adicionais reduzidos em 17,3%. É que hoje, na jornada diária de oito horas, ele tem um acréscimo de 52,5% nos salários, devido às 12,2 horas extras trabalhadas mensalmente. Com o novo texto, serão apenas 10,4 horas a mais.

O estudo coordenado por Cherkassky revela ainda que os trabalhadores terão outras desvantagens. Com a jornada de seis horas, será extinta a obrigatoriedade do fornecimento de refeições que hoje muitas empresas fazem por preços simbólicos.

O aumento do número de trocas de horário provocará uma elevação nos gastos com transporte, sejam eles pagos pelos trabalhadores ou pelas empresas.

TODOS PERDEM

As estatísticas mostram que a maior incidência de acidentes do trabalho ocorre nas primeiras horas do turno. Com o aumento das trocas, os empresários acreditam que os acidentes também podem sofrer uma elevação, com prejuízo igualmente para todos: para o trabalhador, que ficará inativo por algum tempo, fora o risco de vida; para as empresas, que terão funcionários a menos; e para o governo, que arcará com as despesas dos acidentes.

Do ponto de vista econômico — sem falar na queda da produtividade —, os aumentos dos custos, aliados à redução sobre os adicionais, poderão criar problemas para o mercado consumidor. A diminuição da demanda se refletirá diretamente na queda da arrecadação de impostos. Horácio Cherkassky acrescenta que o País poderá exportar menos. "Esses problemas podem afetar a competitividade internacional", explica.

O aumento de preços pode ser a primeira medida que as empresas adotem para acompanhar a elevação dos custos. "O repasse será inevitável", diz Cherkassky.

Como possível solução para esses problemas, articula-se em Brasília, entre deputados, empresários e algumas lideranças sindicais, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. "Em vez de 42 horas, teríamos logo as 40 horas, com os trabalhadores fazendo duas horas extras. Assim, não seria necessária a contratação de outro turno e os vencimentos até aumentariam", afirma Cherkassky.



Joveci de Freitas/AE — 12/8/87

Cherkassky: salário menor